

Tendências da Pesquisa
Brasileira em
Ciência da Informação

Problematizando a ciência da informação: abordagem epistemológica na perspectiva etnomemorialística e identidade cultural Waiwai

Problematizing the science of information: epistemological approach to the ethnomemorialistic perspective and Waiwai's cultural identity

Mariza de Oliveira Pinheiro¹

Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira²

Maria da Graça de Melo Simões³

Resumo: A temática tem sua matriz epistemológica nas Ciências Sociais pela possibilidade de diversificação de métodos e, sobretudo, pelo suporte da Ciência da Informação, tendo-a com a concepção de Ciência aberta, a qual oportuniza uma Epistemologia criativa designada de *Etnopoesi*, oriunda da tese de Pinheiro (2019). Visa refletir acerca da trilha teórico-metodológica envolvendo um objeto antropológico na Ciência da Informação. A metodologia adotada está fundamentada no paradigma antropológico-hermenêutico no esforço de compreensão da realidade ontológica do povo Waiwai e a sua cultura (matriz na antropologia), caracterizáveis pela sua esfera subjetiva e complexa. Utiliza-se da abordagem etnográfica. Buscou-se compor um corpo de pensamento, interligado a uma rede *rizomática*, onde os elementos teóricos e metodológicos compõem um harmonioso conjunto de investigação na perspectiva da epistemologia etnomemorialística e etnoidentidade cultural Waiwai. Conclui-se que o etnômio Waiwai da comunidade Anauá, foi caracterizado a partir de uma construção multiétnica fragmentária e complexa que perpassa por noções “traduzidas” e interpretadas nos registros etnohistóricos. O complexo processo de agregação identitária dos Waiwai perpassa também, de forma especulativa, por questões da metafísica. O contato com as missões religiosas favoreceram uma transmutação natural entre a cultura tradicional nativa e as manifestações religiosas, que geraram significativas transformações na identidade cultural deste povo.

¹Doutora em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). mop@academico.ufpb.br. <https://orcid.org/0000-0003-3578-6448>.

²Doutora em Letras. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). bernardinafreire@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6836-3102>.

³Doutora em Ciência da Informação. Universidade de Coimbra (UC/PT). <http://lattes.cnpq.br/1226531375978630>. (in memoriam).

Palavras-Chave: Epistemologia. Etnoinformações. Etnomemória. Cultura. Etnoidentidade Waiwai.

Abstract: *The theme has its epistemological basis in the Social Sciences for its possible diverse methods and for the Science of Information's support, which has a conception of "open science", which prioritizes a creative Epistemology designated by Etnopoiesi, as seen on PINHEIRO's (2019) thesis. Reflects upon the methodological and theoretical path which involves an anthropological object in the Science of Information. The methodology applied is fundamented on the hermeneutical and anthropological paradigm on the effort to comprehend the Waiwai's ontological reality and their culture (anthropological basis), characterized by its subjective and complex sphere. The ethnographic approach is used. There's a clear line of thought intertwined to a rizomatic net, which theoretical and methodological elements are composed by a harmonic group of investigation on the epistemological, etnomemorialistic and etnoidentity of the Waiwai culture. All in all the Waiwai ethnomy from the Anauá community, was marked by the complex and fragmentary multiethnicity, which pervades by "translated" notions and interpretations on the ethnohistoric records. The complex process of identity aggregation of the Waiwai people also permeates, in a speculative way, metaphysical questions. The contact with religious missions favored a natural transmutation between the traditional indigenous culture and the religious manifestations, which generated significant transformations on the cultural identity of such people.*

Keywords: Epistemology. Etnoinformations. Etnomemory. Culture. Waiwai's Etnoidentity.

1 POR QUAL CAMINHO?

Na construção do caminho teórico, consideramos que a ciência não controla sua própria estrutura de pensamento. Consideramos, sobretudo, que o conhecimento científico é algo que não se conhece, como afirma Morin (2014, p. 20). A construção teórico-metodológica é um *corpus* complexo formulado a partir de um processo de recriação intelectual permanente.

Uma teoria não é o conhecimento; ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada; é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema. Em outras palavras, uma teoria só realiza seu papel cognitivo, só ganha vida com o pleno emprego da atividade mental do sujeito. É essa intervenção do sujeito que dá ao termo *método* seu papel indispensável. (MORIN, 2014, p. 335).

Nesta mentalidade de produção do conhecimento como um fazer semelhante a um artesanato intelectual, adotamos o paradigma designado antropológico-hermenêutico como alternativa teórico-metodológica da pesquisa, já proposta e utilizado na área da Antropologia interpretativa pós-moderna (GEERTZ, 2008, 2014).

Nesta configuração pós-moderna de Ciência, adotamos como análise a teoria cognitiva, hermenêutica e semiótica penetrando em várias disciplinas para compreender e analisar o objeto ou temática da pesquisa. Deste modo, o paradigma favorece e aproxima a epistemologia da Ciência da informação nos aportes dis, inter, multi e transdisciplinar. No caso, o paradigma hermenêutico-antropológico proposto nesta pesquisa, com o objeto inserido na Antropologia é a corrente teórica fundamentada nos autores: a) Hermenêutica – Gadamer (1998) e Ricoeur (2014a; 2017); b) Antropologia: Clifford Geertz (2008, 2014).

Compreendemos que as análises não impõem “verdades” absolutas, mas baseiam-se nas condições do diálogo e da linguagem na fase etnográfica, fixando-se como uma “leitura/tradução” do próprio pesquisador sobre suas observações e escritas, quanto à “leitura interpretativa” das observações e escrita dos sujeitos da pesquisados. Desse modo, a teoria adotada dá forma, ordem e organização própria aos dados coletados baseados nos meios de observação e experimentação novos, o que poderá favorecer o surgimento de novos conhecimentos por ora tidos como invisíveis ou desconhecidos na área da Ciência da Informação.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E AS POSSIBILIDADES EPISTEMOLÓGICAS

A partir da antropologia, por outro lado, começou-se a suspeitar que, muito além da epistemologia, a operação de demarcação, como operação definidora dos critérios de inclusão e de exclusão de um saber na esfera da racionalidade, teria estado historicamente a serviço de outra operação, cultural e ontológica, que a transcendia. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 08).

A Ciência da Informação é um sistema de captura teórico-metodológico pautado pela diversidade de possibilidades epistemológicas que englobam pesquisas disciplinares, inter, multi, pluri e transdisciplinares. Conforme Capurro e Hjørland (2007, p. 193), “[...] muitas abordagens envolvem conceitos implícitos ou vagos que devem ser esclarecidos.” Dessa forma, podemos aferir que, dentro da Ciência da Informação, o fenômeno infocomunicacional é estudado a partir de uma “transgressão

metodológica”, nos termos de Smith e Tálamo (2007), como um sistema “aberto”, que abrange movimentos que ultrapassam a abordagem disciplinar.

Os estudos epistemológicos na área da Ciência da Informação, desde sua criação tinham como principal preocupação ações de captura e apropriação interdisciplinar nas pesquisas. Estas deveriam atender a quatro pontos, conforme preceitua Teixeira (2004): 1) organização e coordenação - através de um coletivo de pesquisadores de instituições diferentes; 2) comunicação e linguagem - a comunicação efetiva entre pesquisadores de disciplinas diferentes; 3) ciência e epistemologia - a abordagem de objetos além dos recortes habituais, pensando relações, interfaces e conjunto de fenômenos em torno de uma problemática comum; e, 4) interdisciplinaridade e certificação científica - a avaliação científica como parte da prática científica no “tribunal dos pares” como um momento de reflexão e evolução de importantes discussões do processo de pesquisa.

A definição de um paradigma já determinado na Ciência constitui como um conceito soberano, que governa as concepções e as teorias científicas. Desta forma, hoje, as diferentes áreas tendem a serem concebidas, não de modo excludente ou antagônico, mas de forma complementar. Por conseguinte, as “novas” possibilidades epistemológicas transcendem a disciplinarização possibilitando construções que extrapolam o enclausuramento e a fragmentação do saber por áreas específicas e que muitas vezes, isolam-se em suas próprias teorias. É preciso ir além, primando pelo alargamento da produção do conhecimento e da construção de “novos” aglomerados disciplinares.

Em *A cabeça bem feita* Morin (2008, p. 107) assevera:

[...] pode-se dizer de pronto que a história das ciências não se restringe à da constituição e proliferação das disciplinas, mas abrange, ao mesmo tempo, a das rupturas entre as fronteiras disciplinares, da invasão de um problema de uma disciplina por outra, de circulação de conceitos, de formação de disciplinas híbridas que acabam tornando-se autônomas; enfim, é também a história da formação de complexos, onde diferentes disciplinas vão ser agregadas e aglutinadas.

A transdisciplinaridade surgiu como uma nova ruptura epistemológica, com a perspectiva de integração. Em linhas gerais, é importante considerar que, no séc. XIII surgiram os indícios do pensamento dualista que eclodiu no séc. XVII. Nas primeiras décadas do século XX originou-se o debate sobre o pensamento transdisciplinar, que se intensificou somente na primeira década do século XXI (SOMMERMAN, 1999).

Depois que foi enunciado pela primeira vez, em 1970, o termo **trans** é retomado nas discussões do Colóquio “*A Ciência diante das fronteiras do conhecimento*”, planejado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na cidade de Veneza, com a participação de vários cientistas, inclusive dois prêmios Nobel.

O evento resultou na *Declaração de Veneza*, considerado o primeiro documento sobre transdisciplinaridade. Nesse, os pesquisadores criticaram as correntes epistemológicas determinista, positivista e nihilista, bem como os limites impostos pelas mesmas ao conhecimento científico. Recusaram qualquer projeto globalizante ou sistema fechado de pensamento. Reconheceram a urgência de uma prática de troca dinâmica entre as ciências exatas, as ciências humanas, a arte e a tradição, e, sobretudo, o estímulo do diálogo intercultural.

Para Morin (2014), o “fazer transdisciplinar” é uma práxis que permeia o desenvolvimento da ciência desde o século XVII, marcada por grandes colaborações de importantes nomes como Newton, Maxwell, Einstein, envolvidas nas filosofias do empirismo, positivismo, pragmatismo ou por teóricos do marxismo, freudismo e outras correntes.

A conjuntura evidenciada pela “ordem do caos” na atualidade exige de nós o pensar/repensar o saber, sem considerar a quantidade de conhecimento como nos séculos XVIII e XIX, porque o desenvolvimento da ciência não se efetua por acumulação, mas por transformação dos princípios que organizam o saber. A noção epistemológica de informação “[...] é vista como objeto empírico complexo que se circunscreve em todos os espaços do saber e da cultura, e, nesse sentido, requer uma construção teórico-metodológica que dê cobertura à multiplicidade dessa realidade desconexa.” (SOUZA, 2015, p. 199).

Informação pode ter significados distintos, é um fenômeno – simplesmente acontece. Etimologicamente significa dar forma a algo, é um esboço. Belkin e Robertson (1979) a definem como “[...] o que é capaz de transformar estruturas [de conhecimento].” Para Kobashi e Tálamo (2003, p. 09) ela pode ser considerada como “[...] um dos elementos básicos para a inteligibilidade dos processos sejam eles naturais ou culturais.” Ao tempo que a informação é complexa, há também uma fragilidade no termo, e ambas se configuram em um grande desafio a ser superado. Nesse sentido as disciplinas devem identificar na informação o seu objeto específico, visto que segundo Mattos e Matos (2012, p. 61) “[...] sempre a informação está cercada de um contexto.”

Possível de ser encontrada em todas as áreas das ciências, a informação pode ser entendida como um objeto polissêmico em função da sua multiplicidade de sentidos, contextos e significados adquiridos nas mais distintas disciplinas com as quais está relacionada. Porquanto, a polissemia pode surgir por diversos motivos e reunir vários significados, assim também ocorre com os conceitos de informação nas áreas do conhecimento. Em áreas como a arquivologia, biblioteconomia e museologia que atuam com a preservação da memória e na organização do acesso à informação, o fluxo informacional apresenta características específicas: nos arquivos a informação é comprobatória, nas bibliotecas, a informação é organizada para facilitar o acesso; já os museus, como equipamentos culturais, também atuam como produtores de informações.

O entendimento dinâmico do paradigma social na Ciência da Informação, o qual envolve a dimensão sociocultural da noção de informação está enredado em uma teia hermenêutica e semiótica que aglutina vertentes simbólicas, cognitivas, contextuais e as sociais. A partir da abordagem epistemológica na perspectiva etnomemorialística envolvendo o movimento identitário e sociocultural da comunidade Waiwai do Anauá, em Roraima compreendemos, então, que as etnoinformação são processos entre humanos e não humanos, através da afecção sensorial, seja no processo inforcomunicativo ou no contato contemplativo com o grupo, suas práticas e seus artefatos.

O conceito de Ciência da Informação adotado constitui-se nos moldes de Ciência pós-moderna. Coaduna-se com o entendimento que sua emergência se deu em virtude do movimento de superação da crise do paradigma dominante que predominou desde o século XVII, sobretudo, pela superação do racionalismo cartesiano, da busca da ordem, movimentos provocados pelas crises e a evolução e a aplicação do conhecimento científico (ARAÚJO, 2003). O acesso à informação em termo quantitativo tem um fluxo exorbitante de possibilidades de dados. Vivemos em um mundo em simbiose constante, que se metamorfoseia, se corporifica através de variados meios e formas representacionais. A potência libertadora do fluxo informacional não traça limites de disseminação.

Na contemporaneidade o tempo é marcado pela instantaneidade, no qual a duração torna-se um risco, assim como o que é volumoso, sólido e pesado impedem e restringem o movimento. A fragmentação é a ordem que domina o universo informacional pós-moderno. A velocidade impulsiona o desejo da mudança rápida, “de preferência inconsequente e episódica” (BAUMAN, 1998, 1999, 2001).

No que se refere ao conceito sobre a “tradução”, o artigo de Sullivan (2008) destaca três relevantes dimensões do processo: 1) o tradutor; 2) a tradução; 3) e o veredito sobre a “traição” que envolve o processo. Ele dá ênfase na terceira seção que trata de três aspectos da “traição” na tradução em si. Primeiro, a “traição” na escolha das palavras, carregadas de sentimentos ou cheias de referências culturais; segundo, a leitura e interpretação do tradutor têm de ir além da leitura e impressão literal; terceiro, podemos transferir nossas ideias e culturas para a tradução. Geertz (2014, p. 155) compreende os enigmas da interpretação, diferente da tradução, como um processo de desvendamento de invólucros, formado por significados em um sistema de expressão que ele designa de hermenêutica cultural, como uma etnografia do pensamento. Neste processo há implicações práticas que fluem da noção de que o pensamento deve ser compreendido etnograficamente.

O livro, *Teoria e métodos de pesquisa social*, organizado pelas pesquisadoras, Somekh e Lewin (2015) nos dá “pistas” para o fundamento metodológico. Portanto, não existe um desenho definido de caminhos metodológicos, mas, um planejamento

possível e reflexivo em cada fase da pesquisa. Parte da premissa, do que já se tem desenvolvido nestas áreas. Atende aos direitos contidos na legislação que orientam as pesquisas da área, fazem as ponderações necessárias para proteger tanto o pesquisador quanto os pesquisados. Assim, a prática de coleta de dados deve visualizar como a sociedade é, por definição, um conjunto de centro de interesses, que falam com muitas vozes o que a sua cultura é, e não é.

A interpretação e a compreensão dos dados coletados são para Ricoeur (2017) uma dialética correlativa entre as ciências humanas e a explicação contida na tradição das ciências naturais. Ou seja, há uma hermenêutica entre o que se experiencia e o que se entende das falas e das escritas nos diários de campo, a partir do que se ouve ou do que se lê. No sentido clássico, o conceito de Hermenêutica tratava-se da arte de interpretar os textos sagrados e canônicos, designadas por *hermenêutica sacra* e *hermenêutica iuris*, para o direito ou ainda, a *hermenêutica profana*, na filologia.

Ricoeur (2014b) aponta a metodologia hermenêutica como uma filosofia reflexiva do ego. Ele considera que a hermenêutica assume a forma ontológica de *Hermenêutica do si*, como na *Escrita de si*, pretendendo ser uma ***Ethopoiesi*** da memória. Tomamos apenas o sentido da concepção de *Hermenêutica de si* como aporte metodológico para compreensão e interpretação da escrita de si, nos relatos dos viajantes do século XVI. As narrativas serviram como fio condutor para compreendermos e esmiuçarmos as transmutações agregadas na identidade cultural indígena dos Waiwai. Ainda sobre a compreensão da hermenêutica, segundo Schmidt (2012, p. 167), “toda compreensão inclui a aplicação do texto ao horizonte do intérprete, ou seja, da projeção do horizonte do texto para o seu próprio horizonte”, sem fugir do efeito da história. Grosso modo, a hermenêutica parte do entendimento do intérprete ao examinar o texto, fundamentando-o nas coisas em si.

2.1 EPISTEMOLOGIA ETNOMEMORIALÍSTICA

Na Ciência da Informação, o conceito de memória está relacionado à recordação de um passado vivido e “imaginado”. Ela é sempre ancorada por grupos que experienciaram os fatos e, ou, creem o haver feito. Ela é por natureza *afetiva*,

emotiva, aberta às transformações, vulnerável a toda manipulação, suscetível de permanecer latente durante anos e de bruscos despertares. E, principalmente, a memória é um fenômeno coletivo. Ao contrário do conceito de História, este, é sempre uma versão problemática e incompleta do que existiu. Ela é baseada em rastros controlados e entrecruzados, em dados comparados. Busca reconstituir o passado, em um formato explicativo. Já a memória é sempre transitória, depende em grande parte do desejo de evocação das informações que emergem através das reminiscências dos atores do processo memorialístico.

No caso da pesquisa em si, buscou-se os rastros da identidade cultural Waiwai através das práticas evocadas durante a expressão da tradição dos seus costumes, tanto no cotidiano da vida diária quanto nas executadas nos momentos de festividades. Todas as práticas interculturais têm como princípio a memória, por via da cultura imaterial e da própria tradição (ritos e costumes). As práticas interculturais coletivas de rememoração e disseminação da tradição estão conectadas com a memória e a recordação. Nestas, as lembranças que emergem das práticas interculturais têm origens em contextos sociais que inter-relacionam as memórias individual e coletiva.

Portanto, as reminiscências só reaparecem na memória, quando a evocamos, em função de inúmeras séries de pensamentos e testemunhos coletivos. Sobretudo, precisamos recorrer a testemunhos para reforçar ou para completar o que já sabemos, ou seja, só lembramos porque já temos algumas informações, embora muitas circunstâncias permaneçam obscuras para nós. Assim, ao evocarmos juntos diversas circunstâncias do passado, a processualidade da memória, apesar de não serem as mesmas, isto é, terem sentidos e visualizações diferenciadas em cada indivíduo, mesmo não sendo, pode se configurar num pensar e rememorar com algum sentido comum.

Contudo, para recordar não são necessários testemunhos presentes. Quando as pessoas juntam suas lembranças, elas conseguem descrever os fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas. E assim, as lembranças reais juntas, constituem-se numa massa compacta de lembranças fictícias. Ou, inversamente, pode acontecer

que os testemunhos dos outros sejam os únicos exatos, que corrijam e reagrupem as nossas lembranças e estas se incorporem a elas (HALBWACHS, 2003).

Para cristalizar a lembrança na memória, é preciso germinar uma espécie de sementes da rememoração junto com os testemunhos exteriores. Esta semente é para evitar o esquecimento. Porém, a memória duradoura é limitada a convivência com o grupo. Existe aí uma dicotomia. Se por um lado, os testemunhos dos outros serão incapazes de nos fazer reconstituir a lembrança que apagamos, por outro, aparentemente, sem o apoio das pessoas, nos lembraremos de impressões que não comunicamos a ninguém. Para que a significação da lembrança funcione é preciso partir de dados ou de noções comuns que estejam em nós e, também, nos outros, porque as lembranças estão sempre passando de si para o outro e vice-versa. Porém, só será fixa, se ambos, continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Na base de qualquer memória individual, há o chamamento, ou *intuição sensível*, que Halbwachs (1952; 2003) entende como a consciência puramente individual. Ela só emerge dos sentimentos vividos e da vontade de relembrar. As lembranças são representações, parciais que se baseiam em testemunhos e deduções do contexto cultural vivido. Porém é impossível a “reprodução” com similitudes. Ou seja, só lembramos porque já temos algumas informações, embora muitas circunstâncias permaneçam obscuras para nós. Outra forma de rememorar segundo o autor, é o reconhecimento através da imagem (vista ou evocada) que forma uma espécie de tela, ligada a outras circunstâncias de pensamento e sentimento, trazendo consigo a sensação de *déjà vu*. Sendo então que, em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história.

As imagens e os fenômenos materiais desencadeiam a memória das percepções que correspondem a uma lógica espacial ou material. Daí, compreendemos melhor que, a representação das coisas, evocada pela memória individual, não é mais do que uma forma de tomarmos consciência da representação

coletiva relacionada às mesmas coisas. Assim, qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva.

Para Halbwachs (2003) existem outras duas memórias, que pode ser chamada de memória autobiográfica, relacionada ao aspecto pessoal; outra conhecida como memória histórica, com base no aspecto do contexto social. A pessoal complementa-se com a social, que representa o passado, as palavras lidas, os signos “produzidos”, através dos tempos. O tempo é uma representação coletiva, ou seja, os homens entram em acordo e estabelecem as convenções. Parece lógico o pensamento. E é. No tempo, entendem-se subdivisões sociais, em que a própria sociedade trata de organizar.

Dentro de um tempo social, impõe-se às consciências individuais que teriam a sensação da duração em que sucedem estados diferentes em cada pessoa. As divisões do tempo são guiadas pelas mudanças que ocorrem nos corpos materiais e se reproduzem, permitindo nos reportarmos a elas. Não estamos sozinhos na escolha, temos que nos entender com outros. Constatamos uma relação de simultaneidade, ou a representação conjunta. A noção de tempo depende das circunstâncias de cada um. Resume-se em uma sequência descontínua de momentos. Cada momento corresponderia a uma relação estabelecida entre muitos pensamentos individuais, que tomam a consciência de forma simultânea. Isto é, se fundem em uma representação mais ampla, que envolve todas as consciências e a relação entre si.

O tempo histórico designa-se por períodos sucessivos distantes do presente em que se rememora o passado. Porém, são as repercussões e não os acontecimentos que se fixam na memória de um povo. Cada grupo possui sua própria memória e a representação só dele e de seu tempo. É por meio de uma construção artificial que o tempo matemático se alinha ao tempo histórico, que nada tem de histórico, é apenas o tempo abstrato dos matemáticos.

A História se interessa exclusivamente pela ordem de sucessão cronológica dos fatos no tempo. Ela é necessariamente um resumo, é por isso que se concentra em alguns momentos e evoluções que se estendem por períodos. A necessidade de

manter vestígios e crenças tradicionais já justificam as convenções e registros para que seja possível penetrar no tempo a qualquer momento. Para Halbwachs (2003), o espaço é visto a partir da ligação com as pessoas, transformando-o em materialidade. Para o autor, o ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas. Quando lançamos nossa atenção para cada parte é como se analisássemos um pensamento, com as contribuições de vários outros grupos. Os grupos estão naturalmente ligados por proximidade ao espaço, criam entre seus membros as relações sociais. Portanto, não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar, ou seja, com uma parte do espaço.

A abordagem etnográfica, por envolver a experiência humana, neste caso, requer a compreensão e interpretação da coleta dos dados, considerando o sentido de complexidade de cada contexto social experienciado junto ao grupo da amostra. A problemática indígena, em um país historicamente desigual como o Brasil, emerge também, na área da Ciência da Informação como propulsora de novas configurações teórico-epistemológicas centrada nos processos informacionais, que permeiam a construção de identidades coletivas e da memória cultural de grupos étnicos visíveis no mundo.

Na área da Antropologia, desde os relatos de viagens, escritos pelos missionários e exploradores do século XVI, como a Carta de “achamento” do Brasil, de Caminha; Duas viagens ao Brasil do alemão Hans Staden; Viagem à terra do Brasil, de Jean de Léry; Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil de Jean Baptiste Debret, este já no século XIX, são representantes da literatura etnográfica sobre as descrições das terras e do povo “descoberto”. Os detalhes sobre os povos indígenas do Brasil, sempre foram motivo de curiosidade no mundo. Desde o processo colonizador brasileiro, a literatura aborda, a partir de vários olhares, a presença indígena, na originária “Província de Santa Cruz”.

No que diz respeito ao povo Waiwai, foco do estudo de caso desta pesquisa, as primeiras informações, na historiografia inicial são datadas nos meados do século XVII

e compõem os relatos das aventuras de Robert Harcourt⁴. Ele foi membro de uma família de marinheiros e aventureiros que compunham o parlamento e a milícia real elisabetana.

Harcourt (2010) inspirou-se nas aventuras de Sir. Walter Raleigh⁵ - um pioneiro na exploração do Império Colonial Inglês, na América do Norte e na Irlanda. Raleigh liderou expedições entre os anos de 1595 a 1617 para o Rio *Orinoco* nas bacias da América do Sul. Ele viajou em busca de uma cidade chamada *Manoa*, (língua Arawak) conhecida como *El Dorado*, nas margens do Lago *Parimé* (língua Carib) que fica na bacia fluvial localizada na América do Sul e atravessa o Estado de Roraima. Suas aventuras estão documentadas nos livros, *The discovery of the large, rich, and bewtiful empyre of Guiana*, publicado pela primeira vez em 1596; no *The Discovery of Guiana*, e no *Journal of the second voyage thereto*, publicado em 1606. Acerca das descobertas, Rayleigh destaca:

I have been assured by the Spaniards who have seen Manoa, the imperial city of Guiana, which the Spaniards call El Dorado, that for the greatness, for the riches, and for the excellent seat, it far exceeded any of the world, at least of so much of the world that is known to the Spanish nation. It is founded upon a lake of salt water of 200 leagues long, like unto Mare Caspium. (W. RALEIGH, 1595, Trecho do capítulo sobre The discovery of Guiana, p. 391-398).⁶

Robert Harcourt, em 1609 tomou posse em nome do rei Jaime I, de terras situadas entre o Rio Amazonas e Rio de Essequibo (Guiana Inglesa). Sobre a Guiana, em 1613 escreveu em seus relatos, do clima, da situação do meio ambiente e os povos encontrados, com detalhes dos costumes e das trocas de mercadorias. O livro foi editado por Samuel Purchas em 1626, que compilou várias histórias de viagem, como no Volume IV dos *Pilgrimes*, que aborda sobre a América e as Antilhas. É uma das

⁴ Robert Harcourt (1574? -1631) foi um explorador Inglês, protetor de uma colônia sul-americana, denominada mais tarde Guiana. (*Dictionary of National Biography, 1885-1900/Vol 24 Hailes-Harriott. Dictionary of National Biography, 1885-1900, Volume 24*).

⁵ Sir. Walter Raleigh (1554-1618) foi destaque na pesquisa da BBC dos 100 Maiores Britânicos como escritor, poeta, soldado, político, cortesão, espião, e explorador.

⁶Tradução livre: Eu fui assegurado pelos espanhóis que viram *Manoa*, a cidade imperial de Guiana, que os espanhóis chamam de *El Dorado*, que pela grandeza, pela riqueza e pelo excelente lugar, isso excedia o mundo todo, pelo menos a parte do mundo que é conhecida pela nação espanhola. Ela é fundada sobre um lago de água salgada de 200 léguas de comprimento, semelhante ao Mar Cáspio.

únicas fontes de informações, sobre questões importantes que afetam a história da exploração na região Norte da América do Sul.

Posteriormente, conforme Oliveira (2010), outros estudiosos enveredaram pela região, como Robert Schomburgk (1804-1865), geógrafo prussiano encarregado pelo governo britânico de explorar o interior da Guiana entre os anos de 1835 a 1844. Barrington Brown (1876 a 1878) foi um geógrafo britânico, ele viajou até o alto Essequibo, onde encontrou uma expedição de troca composta por índios *wapixana* e *taruma* que acabavam de voltar de um encontro com os Waiwai.

Em 1884, o geógrafo francês Henri Coudreau visitou o alto Mapuera e seus afluentes, onde registrou a existência de aproximadamente sete aldeias *ouayeoué* (waiwai), sem apontar sua localização exata. No século XX, Olga Coudreau continuou as expedições na Amazônia após a morte do marido. Em 1911, o holandês *Ijzerman*⁷. A área de ocupação Waiwai correspondia, portanto, à zona de cabeceiras do Mapuera, limitada ao norte pela serra Acaraí. Ao sul de seu território, habitavam outros povos, hoje integrados aos Waiwai - a designação étnica corresponde a vários grupos (*Hixkaryana, Mawayana, Karapawyana, Katuenayana, Xerewyana*), tendo o termo *yana*, o significado de coletivo com características influenciadas pela evangelização.

A comunidade Waiwai subiu progressivamente para o norte, repelidos pelo avanço das frentes extrativistas na bacia do Rio Trombetas. O tronco linguístico é da família Karibe, do ramo Guianense, dentro do grupo *Parukotoano* (ACÁCIO, 2011, p. 19). O estilo de vida sempre foi em torno da agricultura itinerante. Em 1991, uma coleção etnográfica sobre o povo Waiwai, considerados um dos nove povos indígenas encontrados na Guiana, foi doada ao Walter Roth Museu de Antropologia⁸, pelo antropólogo cultural da Guiana, George Mentore. O primeiro museu de Antropologia do Caribe fundado no ano de 1974, com as coleções de Arqueologia da Guiana. (MENTORE; SANTOS-GRANERO, 2006).

⁷ *Ijzerman, J.W., 1911. Twee reizen van Paramaribo, een naar de Parima in 1718 en een naar de Boven-Corantijn in 1720. Tijdschrift van het Koninklijk Nederlandsch Aardrijkskundig Genootschap 28:648-661.*

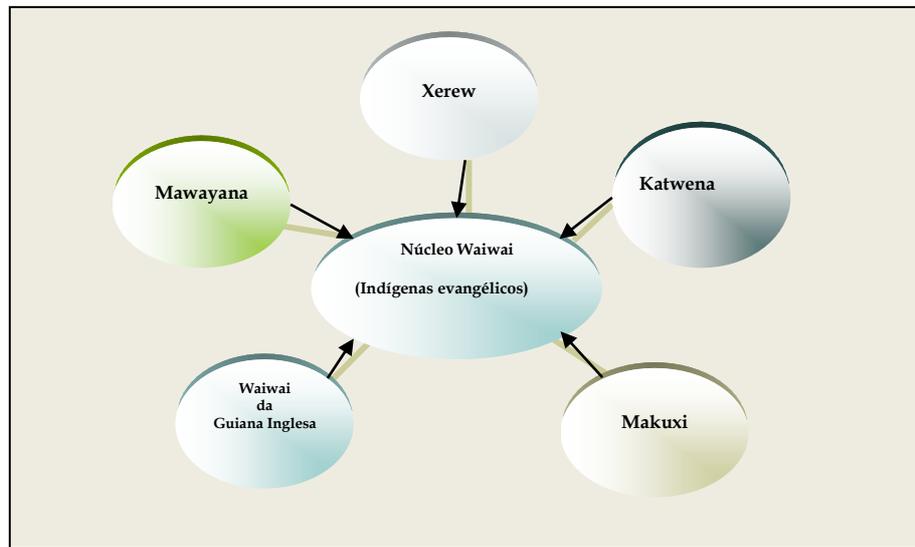
⁸ Localizado em 61 Main St, Georgetown, Guiana Inglesa.

2.3 ETNOIDENTIDADE E CULTURA DOS WAIWAI DO ANAUÁ

A ocupação da Comunidade Anauá aconteceu depois de vários conflitos entre os membros de uma mesma aldeia. Um novo grupo, sob novas lideranças retornaram ao Brasil depois de uma experiência de aglomeração em torno da missão evangélica *Kanagen* na Guiana Inglesa, que desde os anos de 1949 se instalaram em áreas habitadas por povos de língua Caribe. As missões incentivaram os contínuos deslocamentos na região.

A Constituição da Etnoidentidade Cultural Waiwai da Comunidade Anauá. Em um movimento hierarquizado de fora para dentro percebemos que embora os grupos étnicos se identifiquem dentro de seus pequenos núcleos familiares por etnias diversas, na esfera maior da comunidade, assumem a identidade coletiva, designada *Waiwai*, com aspectos e valores divergentes dos seus antepassados. Nesta “nova” configuração incluem-se nos costumes religiosos “semelhantes” aos evangélicos da cidade. Neste sentido, a *Waiwaização* tem o significado de tornar-se um cristão, e acreditar em um só Deus, “abandonando” as crenças do xamanismo. Deste modo, em suas “diferenças” culturais, individualizadas por etnias e línguas, formam um “coletivo” de valores identitários, tornando-se *Waiwai - indígena evangélico*.

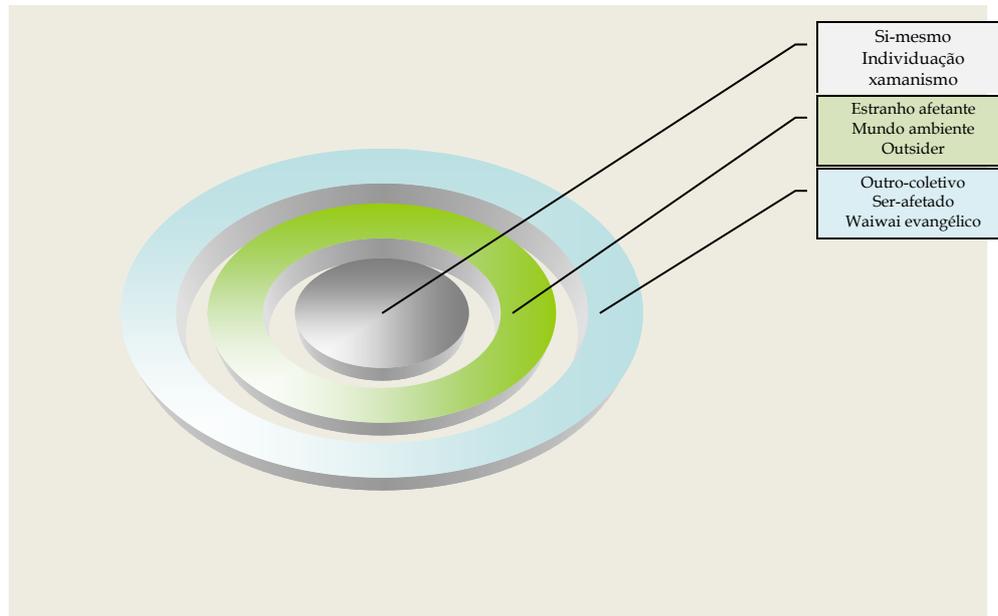
Figura 1 - Constituição da Identidade Cultural Waiwai do Anauá



Fonte: PINHEIRO, M. O. (2019). Dados da pesquisa.

As escolhas por formação de novas comunidades, ou seja, essa ideia de adesão coletiva envolve interesses maiores que sobrepõem o individual. Contudo, é importante ressaltar que também significou a “transmutação” de determinadas tradições, costumes e dialetos. A comunidade local passa a determinar os interesses culturais do “novo” grupo, compondo algo mais que os “direitos como indivíduos”. Este “algo a mais” que torna aceitáveis as restrições ao direito individual é acima de tudo, a busca do objetivo da sobrevivência, e isso significa a continuidade da comunidade por futuras gerações. (BAUMAN, 1998, p. 237). É importante ressaltar que o complexo processo de agregação identitária dos Waiwai perpassa também, de forma especulativa, por questões da metafísica. É o resultado da inflexão dialética entre o si mesmo e o outro que Ricouer (2014b, p. 375) trata na hermenêutica do si. Na **figura 2** construímos uma representação a partir da nossa reflexão etnopoietica do sentido ontológico da *waiwaização*.

Figura 2 - Etnopoiesi ontológica da identidade cultural Waiwai (waiwaização)



Fonte: PINHEIRO, M. O. (2019). Dados da pesquisa.

O si-mesmo transmuta-se como Outro-coletivo ao constituir-se em um membro de outro grupo-comunidade. Pode-se aferir que no fenômeno da **etnopoiesi ontológica**, o sujeito de etnia diversa como ser individual (si-mesmo), representado no círculo cinza, submete-se para sobreviver ao novo espaço, e como *Outsider* (estranho afetante), representado no círculo médio de cor verde, transmuta os seus referenciais culturais para o coletivo multiétnico Waiwai representado na cor azul. Deste modo, passa a assumir e etnoidentidade de *waiwai* evangélico (Outro-coletivo). Assume costumes, língua, hábitos a partir de outros referenciais teológico-religioso *bonum facere* (fazer o bem).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tessitura da escrita da tese, a qual gerou este artigo é liberta de áreas, imbrica-se em pontos de conhecimento necessários para o entrelaçamento do *corpus* epistêmico em movimentos soltos criando sua própria *etnopoiesi* hermenêutica. A escrita está sempre em vias de transgredir e de inverter a regularidade em que se movimenta. Ela transcende suas regras, compondo um *design* rizomático.

Sobre a herança etnoinformemorialística da identidade cultural dos povos

originários do Brasil na literatura dos navegadores, os governos coloniais revelaram como marca das missões, a conversão dos nativos, usada como estratégia de domesticação. Na escrita dos viajantes é nítida e perceptível a expressão do pensamento moderno ocidental, destacado por Boaventura de Souza Santos (SANTOS; MENEZES, 2009) como linha Abissal. Segundo o autor, a produção do conhecimento científico ao longo da modernidade classificou o mundo em monocultura, hierarquizando e provocando um epistemicídio em outras formas de saber, como evidência do movimento colonizador impositor da visão eurocêntrica aos povos originários.

REFERÊNCIAS

- ACÁCIO, M. S. J. **Estudo fonológico da língua Waiwai (Caribe):** uma contribuição. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/3013>. Acesso em: 28 ago. 2017
- ARAÚJO, C. A. Á. A Ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama, Claudia Martinelli. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S. E. Information science and phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, july-august, 1979.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O Conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.
- GADAMER, G. **Verdad y método**. Salamanca: Ediciones sígueme, 1998.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução: Vera Joscelyne. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Coleção Antropologia).

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France, Nouvelle édition, 1952.

HARCOURT, R. **A relation of a voyage to Guiana 1613**. Marrawini district: Hardcover, 2010.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, p. 7-21, set./dez. 2003.

MATTOS, M. C.; MATOS, A. S. M. C. Da possibilidade de uma teoria pura da Ciência da Informação: reflexões iniciais entre a Ciência da Informação e a Ciência do Direito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 57-75, out./dez. 2012.

MENTORE, G.; SANTOS-GRANERO, F. Apresentação. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n. 1, jan./jun. 2006.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Araripe de Sampaio Dória. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 128 p.

OLIVEIRA, L. V. **O cristianismo evangélico entre os Waiwai: alteridade e transformações entre as décadas de 1950 e 1980**. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2010.

RICOEUR, P. **Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Tradução: Artur Morão. 2 ed. São Paulo: Edições 70, 2017.

RICOEUR, P. **Ser, essência e substância em Platão e Aristóteles**. Tradução: Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

PROBLEMATIZANDO A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: abordagem epistemológica na perspectiva etnomemorialística e identidade cultural Waiwai

Mariza de Oliveira Pinheiro, Bernardina Maria Juvenal Freire Oliveira, Maria da Graça de Melo Simões

RICOEUR, P. **O si mesmo como outro**. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2014b.

SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. Portugal: Edições Almedina SA, 2009.

SCHMIDT, L. K. **Hermenêutica**. Tradução Fábio Ribeiro Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SMITH, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M. Ciência da Informação: uma ciência moderna ou pós-moderna? *In*: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. (org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 27-45.

SOMMERMAN, A. Pedagogia da alternância e transdisciplinaridade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA, 1., 1999, Salvador. **Anais [...]** Bahia: Portal da Cidadania, 1999. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/o/887039>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SOMEKH, B. LEWIN, C. (org.). **Teoria e método de pesquisa social**. Tradução: Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SOUZA, M. **Amazônia indígena**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SULLIVAN, P. J. O. Translation: treason, serendipity or acquired instinct? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 22, 2008.

TEIXEIRA, O. A. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. **Revista Brasileira de pós-graduação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 57-69, jul. 2004.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Agência de Fomento Capes pelo financiamento do doutoramento sanduíche na Universidade de Coimbra/PT.